

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

OFÍCIO № 0330/2025-GAP

A Sua Excelência o Senhor **Fábio Fernando Siqueira dos Santos** Presidente da Câmara Municipal Rua Guerino Mateus, 205, Jardim Paulista 19703-060 Paraguaçu Paulista-SP

Assunto: Requerimento nº 172/2025-SO, de autoria do Vereador Douglas Amoyr Khenayfis Filho.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 3535507.414.00004029/2025-41.

Senhor Presidente:

Em atenção ao requerimento supracitado, que solicita informações sobre as possibilidades e planejamento para a construção de escola/creche no Conjunto Habitacional Dona Lina Leuzzi, de acordo com as Secretarias Municipais de Urbanismo e Habitação e de Administração e Finanças informamos o seguinte:

- 1) Sim, segue o projeto em anexo;
- 2) Sim, área institucional localizada na Rua Grécia, s/nº, matrícula nº 25.903, em anexo;
- 3) Esta em elaboração das peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA), o seguinte projeto poderá ser incluído;
- 4) Sim, segue o Termo de Compromisso em anexo;

Assinado digitalmente conforme Resolução nº 113, de 06 de julho de 2021, por Antonio Takashi Sasada. Este documento é uma cópia da versão original disponível em: https://sapl.paraguacupaulista.sp.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2025/23107/23107_original.pdf Resposta do Executivo 164/2025 Protocolo 40784 Envio em 26/05/2025 11:03:04

5) Sim, foi cadastrada em 11/03/2025, a Proposta Novo PAC nº 26298002065/2025 para o mesmo local e enviada para análise do Ministério, diante da celebração com o Estado de São Paulo, caso o Município foi contemplado será definido outro local.

Certos da atenção de Vossa Excelência, apresentamos nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Paraguaçu Paulista, na data da assinatura digital.

ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN)

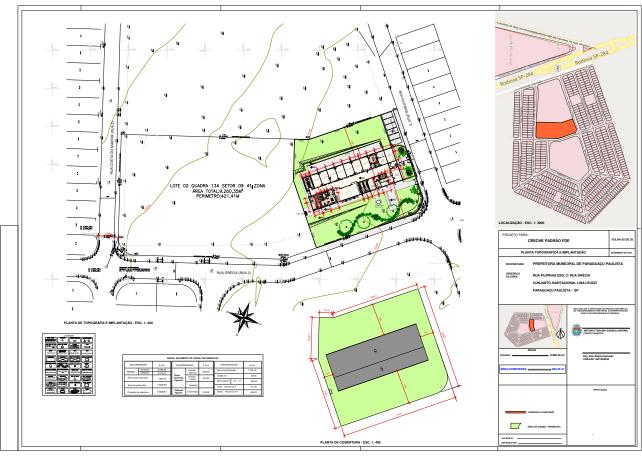
Prefeito

Referência: Processo nº

3535507.414.00004029/2025-41

SEI nº 0065249







F 7

25903

MATRICULA

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS COMARCA DE PARAGUAÇU PAULISTA - ESTADO DE SÃO PAULO PESSON JURIDICA

Wilson Gregório OFICIAL

REGISTRO GERAL MATRICULA N.º 31 de Maio de 30 LIVRO N.º 2 PARAGUAÇU PAULISTA.= Urbano (x) C.P.M. L.02;Q.134;S.09;4ª Z. PARAGUAÇU PAULISTA.= Municipio: Localização: "RUAS 02, 03 e 07" - (ÁREA INSTITUCIONAL 1) .= Oficial

dovel:

<u>UM TERRENO</u>, sem benfeitorias, consistente do LOTE Nº 02, do loteamento denominado "CONJUNTO HABITACIONAL PARAGUAÇU PAULISTA J"; com as seguintes IMÓVEL: medidas, divisas e confrontações, olhando-se de frente para o imóvel: A presente descrição se inicia no ponto 10, de coordenada N= 7517912,4858 e = 542632,0157, localizado na Rua 02. Deste ponto, segue em linha reta, com distância de 70,4 n, confrontando a Rua 02 até o ponto 9 (N= 7517979,0827 e E= 542609,1532). Deste ponto, deflete à direita e segue em linha curva confrontando com a Rua 02, com raio de 1,00m e distancia de 0,36m até o ponto 8 (N= 7517979,4351 e E= 542609,0994). Deste ponto, segue/em linha reta, com distância de 77,48m, confrontando com a Rua 02 até o ponto 7 (N= 7518 6,8872 e E= 542611,2476). Deste ponto deflete à direita e segue em linha curva confrontando com a confluência da Rua 02 com a Rua 03, com raio de 9,00m e distância de 14,14m até o ponto 6 (N= 7518065,6342 e E= 542620,4936). Deste ponto, segue em linha reta, confrontando com a Rua 03, com distância de 54,00m até o ponto 5 (N=7518064,1370 e E= 542674,4729). Deste ponto, deflete à direita e segue em linha reta confrontando com a Sistema de Lazer 2, com distância de 98,06m até o ponto 13 (N= 7517966,1190 e E= 542671,7543). Deste ponto, deflete à esquerda e segue em linha reta confrontando com a Sistema de Lazer 2, com distância de 46,82m até o ponto 12 (N= 7517921,8318 e E= 542686,9580). Deste ponto, deflete à direita e segue em linha reta confrontando com a Rua 07, com distància de 46,00m até o ponto 11 (N= 7517906,8957 e E= 542643,4504). Deste ponto deflete à direita e segue em linha curva confrontando com a confluência da Rua 07 com a Rua 02, com raio de 9,00m e distância de 14,14m até o ponto 10. Fechando assim a poligonal e encerrando a área de 9.260,35m², cadastro Municipal nº 1122840.

Protocolo nº 105.888.=

PROPRIETÁRIO: MUNICIPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUACU PAULISTA, com sede na Avenida Siqueira Campos, nº 1.430, nesta cidade de Paraguaçu Paulista, SP., inscrito no CNPJnº 44.547.305/0001-93.

Registro anterior: Matricula nº 25.288, do Livro 02, deste Registro, feita em 04 de Abril de

Registro loteamento: Nº 02, da Matricula nº 25.288, do Livro 02, deste Registro, feito em 31 de Maio de 2.012.

O Oficial Designado,

REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DE PARAGUAÇU PAULISTA

Emol. Ac Oficial - R\$.6,89 =

GISTRODE IMOVES ENANCO GISTRODE IMOVES CORIO WILSOIGE STATISTO REGISTRO DE IMOVEIS

> (Continua no verso) Página: 0001/0002

Rua XV de Novembro, 404 - 1 - Centro - Paraguaçu Paulista/SP - CEP: 19700-000 Fone: (18) 3362-3950 - e-mail: criparaguacu@gmail.com

'QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos Comarca de Paraguaçu Paulista - SP

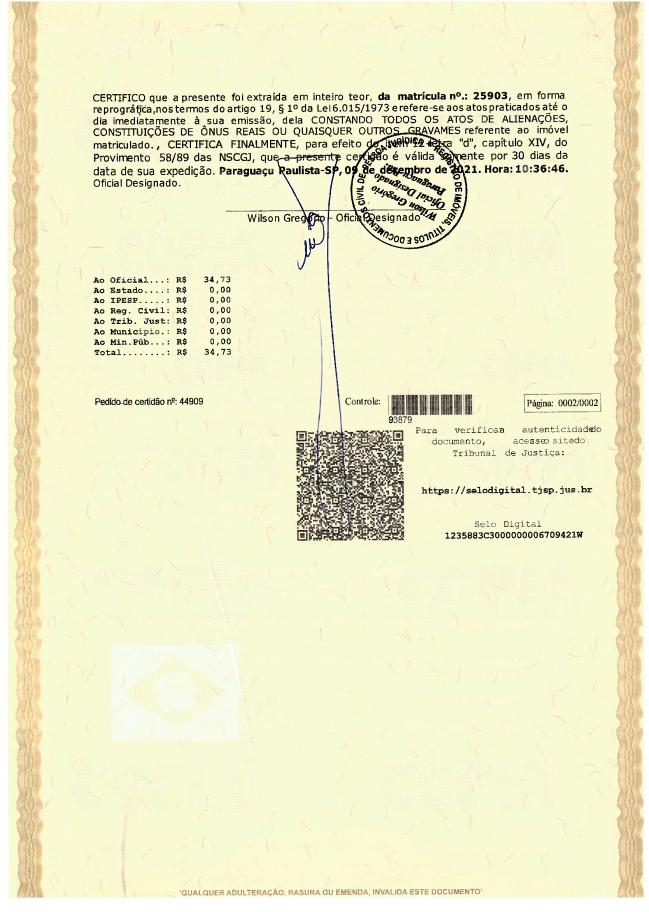
12358-8- AA 115996

12358-8-111001-117000-0521



hvio em 26/05/2025 11:03:04









TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO QUE CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E O MUNICÍPIO DE **PARAGUAÇU PAULISTA**, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES DESTINADAS À **REDE MUNICIPAL** DE ENSINO, NO ÂMBITO DO EIXO DE INFRAESTRUTURA FÍSICA DO PLANO DE AÇÕES INTEGRADAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – PAINSP.

(PROCESSO Nº SEDUC-PRC-2022-03548-DM)

Pelo presente instrumento, o Estado de São Paulo, por intermédio da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, doravante denominada SECRETARIA, neste ato representada pelo seu Titular **RENATO FEDER**, devidamente autorizado pelo GOVERNADOR DO ESTADO, nos termos do Decreto nº 66.177, de 27 de outubro de 2021, e o Município de **PARAGUAÇU PAULISTA**, doravante denominado MUNICÍPIO, representado por seu Prefeito, **ANTONIO TAKASHI SASADA**, RG :183476086, inscrito no CPF/MF sob o nº 099.786.208-42, observadas as disposições da Lei nº 17.414, de 23 de setembro de 2021, do Decreto nº 66.177, de 27 de outubro de 2021, e da Resolução SEDUC nº 121, de 12 de novembro de 2021, têm entre si justo e acertado celebrar o presente Termo de Compromisso, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA Do Objeto

Constitui objeto deste Termo de Compromisso a execução de ações destinadas à rede municipal de ensino, no âmbito do eixo de infraestrutura física do Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo – PAINSP, especificadas no Plano de Ação anexo, que integra o presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA Das Obrigações dos Partícipes

Constituem obrigações:

- I da SECRETARIA:
- a) Prestar orientação normativa na área administrativa;
- b) Destinar recursos financeiros para a execução deste Termo de Compromisso;





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DA EDUCACAO

- c) Acompanhar e avaliar as ações previstas neste Termo de Compromisso;
- d) Reservar dotações orçamentárias para atender aos compromissos decorrentes deste Termo de Compromisso.

II - do MUNICÍPIO:

- a) adotar as providências necessárias à edição de normas que viabilizem a execução das obrigações previstas nas cláusulas deste termo de compromisso e de seus eventuais aditivos:
- b) executar, sempre que pertinentes ao objeto do termo de compromisso, os serviços de topografia, sondagem e de eventual terraplanagem.
- c) elaborar, sempre que pertinente ao objeto, o projeto executivo da obra no prazo de 180 dias contados da data de assinatura do termo de compromisso e dar início à execução dos serviços e obras, sob sua inteira e total responsabilidade técnica, consoante o cronograma físico-financeiro, observando a legislação pertinente e os melhores padrões de qualidade e economia;
- d) responsabilizar-se pelas contratações e aquisições que fizer, na forma da lei;
- e) administrar com critério e rigor, no âmbito das respectivas obrigações, os recursos transferidos pela SECRETARIA para a execução deste termo de compromisso;
- f) permitir e facilitar à SECRETARIA o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução das ações deste termo, inclusive colocando à sua disposição a documentação referente à aplicação dos recursos;
- g) Manter arquivados, em bom estado de conservação, os documentos comprovantes das despesas realizadas
- h) Permitir e facilitar à Secretaria a realização de auditorias e inspeções "in loco" para fiscalizar o cumprimento do Termo de Compromisso e a aplicação dos recursos financeiros.
- i) permitir vistorias demandas pela SEDUC
- j) destinar recursos financeiros necessários à execução deste termo, conforme o cronograma físico-financeiro estabelecido;
- k) reservar em seu orçamento, para os exercícios subsequentes, os recursos necessários para fazer face às despesas decorrentes deste termo de compromisso;
- I) remeter à SEDUC, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da respectiva celebração, o contrato firmado entre o MUNICÍPIO e terceiros.
- m) indicar o(s) profissional(is) gestor(es) do termo de compromisso,
- n) Indicar os fiscais que bem como aqueles responderão tecnicamente pela fiscalização da obra, mediante a apresentação à SEDUC, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da assinatura da contratação da obra, de cópias da respectiva ART Anotação de Responsabilidade Técnica, acompanhada do respectivo recibo de pagamento.
- o) executar os serviços de acordo com as normas técnicas, em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal, bem como a quaisquer ordens ou determinações do poder público, vigentes.
- p) em caso de rescisão do(s) contrato(s) firmado(s) entre o MUNICÍPIO e terceiros, entrar imediatamente na posse da(s) obra(s), equipamentos, materiais e demais elementos necessários à continuidade dos serviços;
- q) apresentar à SEDUC, antes do início da obra, cópias das ARTs Anotações de Responsabilidade Técnica, devidamente recolhidas, dos profissionais que responderão tecnicamente pela fiscalização (Prefeitura), pela execução da obra objeto do termo de compromisso (contratada) e pelo parecer técnico de fundações (Prefeitura) quando couber,







GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DA EDUCAÇAO

bem como cópia do edital de licitação, do memorial descritivo, da planilha orçamentária, do contrato da obra e cronograma físico/financeiro, da sondagem do subsolo e do parecer técnico de fundações;

- r) apresentar, ao final da obra, o AVCB Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, sempre que pertinente ao objeto do termo de compromisso;
- s) colocar e manter placa de identificação da obra, de acordo com o modelo oficial do Manual de Identidade Visual do Governo do Estado de São Paulo;
- t) retirar placa de identificação da obra ao término desta.

CLÁUSULA TERCEIRA Do Valor e dos Recursos

O valor total do Termo de Compromisso é de R\$ 4.978.231,73 (quatro milhões, novecentos e setenta e oito mil, duzentos e trinta e um reais e setenta e três centavos), cabendo à SECRETARIA R\$ 4.729.320,14 (quatro milhões, setecentos e vinte e nove mil, trezentos e vinte reais e quatorze centavos) e ao MUNICÍPIO R\$ 248.911,59 (duzentos e quarenta e oito mil, novecentos e onze reais e cinquenta e nove centavos), correndo no presente exercício as despesas da SECRETARIA no valor de R\$ 4.729.320,14 (quatro milhões, setecentos e vinte e nove mil, trezentos e vinte reais e quatorze centavos) à conta da Classificação Econômica 4 (capital), Classificação Funcional Programática 12368081558100000, vinculadas à Unidade de Despesa 80358, do orçamento vigente.

- § 1º Para os próximos exercícios, durante a vigência deste Termo de Compromisso, os partícipes deverão assegurar, em seus respectivos orçamentos, os valores necessários à realização do objeto aqui previsto.
- § 2º Os recursos financeiros serão transferidos ao MUNICÍPIO mediante depósito em conta corrente específica, aberta e mantida exclusivamente na instituição financeira oficial do Estado de São Paulo, conforme disposto em normas complementares da SECRETARIA.
- § 3º A SECRETARIA fica autorizada pelo MUNICÍPIO, por meio deste Termo de Compromisso, a solicitar à instituição financeira oficial a abertura de conta para fins do § 2º desta Cláusula.
- § 4º A conta aberta na forma estabelecida no § 3º desta Cláusula ficará bloqueada para movimentação até que o representante legal do MUNICÍPIO compareça perante a instituição financeira, entregue os documentos e adote os procedimentos necessários à sua movimentação, de acordo com as normas bancárias vigentes e o previsto neste Termo de Compromisso.
- § 5º O MUNICÍPIO será obrigado a utilizar o sistema gerenciador financeiro definido pela SECRETARIA para melhor acompanhamento da execução dos recursos.
- § 6º A SECRETARIA fica autorizada pelo MUNICÍPIO, por meio deste Termo de Compromisso, a acessar, de forma informatizada e em tempo real, todas as informações bancárias pertinentes à conta prevista no § 2º desta Cláusula, inclusive o extrato bancário, as movimentações financeiras e o saldo disponível em conta.
- § 7º Os recursos financeiros transferidos ao MUNICÍPIO serão, obrigatoriamente, aplicados em conta poupança aberta para esse fim, quando a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, se a sua utilização ocorrer em prazo inferior a um mês.
- § 8º As receitas financeiras auferidas na forma do § 7º desta Cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito do Termo de Compromisso e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.







SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DA EDUCACAO

§ 9º - Os recursos da conta prevista no § 2º desta Cláusula deverão ser destinados somente ao pagamento de despesas previstas no Termo de Compromisso e serão movimentados exclusivamente por meio eletrônico.

CLÁUSULA QUARTA Da Transferência dos Recursos Financeiros

Os recursos financeiros de responsabilidade da SECRETARIA serão transferidos ao MUNICÍPIO conforme o Plano de Desembolso que integra o Plano de Ação.

- § 1º A transferência das parcelas dependerá do percentual de execução a ser aferido em vistoria sendo calculado de forma proporcional.
- § 2º Estas vistorias a que se refere o § 1º deverão ocorrer sempre que o município indicar que a execução física da obra alcançou o percentual limite de cada repasse, ou avançar no mínimo 15% em relação à vistoria anterior; respeitado o intervalo mínimo de 15 dias entre as vistorias, em conformidade com o cronograma previsto no Plano de Ação, parte integrante deste instrumento.
- § 3º Caso as obrigações contidas neste Termo de Compromisso sejam descumpridas pelo MUNICÍPIO durante a vigência do ajuste, a SECRETARIA poderá suspender a liberação das parcelas previstas e determinar à instituição financeira oficial a suspensão da movimentação dos valores da conta vinculada do MUNICÍPIO, até a regularização da pendência.
- A SECRETARIA notificará o MUNICÍPIO para adoção das providências saneadoras, necessárias à regularização da pendência.
- 2. Na hipótese de o MUNICÍPIO não adotar as providências saneadoras no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação referida no item 1 do § 2º desta Cláusula, a SECRETARIA:
- a) rescindir o Termo de Compromisso unilateralmente;
- b) poderá instaurar tomada de contas, nos termos da legislação aplicável;
- c) tomará as providências voltadas ao ressarcimento dos recursos transferidos ao MUNICÍPIO, corrigidos monetariamente, sem prejuízo de incidência da multa que será:
- 1 de 10% (dez por cento) do valor global do termo de compromisso, no caso de inexecução total da obrigação;
- 2 de 10% (dez por cento) do valor, referente à parte da obrigação do termo de compromisso não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- d) tomará providências para a responsabilização dos envolvidos por atos ilícitos praticados, quando for o caso.
- § 3º Os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à SECRETARIA, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do encerramento do Termo de Compromisso.

CLÁUSULA QUINTA Da Prestação de Contas







SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DA EDUCACAO

A prestação de contas dos recursos financeiros deverá ser feita pelo MUNICÍPIO à SECRETARIA, nos moldes previstos no artigo 14 do Decreto nº 66.177, de 27 de outubro de 2021, e no artigo 13 da Resolução SEDUC nº 121, de 12 de novembro de 2021.

- § 1º Em caso de descumprimento do previsto no *caput* desta Cláusula, o MUNICÍPIO será declarado omisso no dever de prestar contas, cabendo à SECRETARIA adotar as providências cabíveis para a devolução dos créditos transferidos, devidamente atualizados.
- **§ 2º** A utilização dos recursos em desconformidade com o Termo de Compromisso resultará na obrigação do MUNICÍPIO de devolvê-los, devidamente atualizados e acrescidos das medidas legais e cabíveis, aplicadas pela SECRETARIA.

CLÁUSULA SEXTA Da Vigência

O presente Termo de Compromisso vigorará por 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura deste instrumento

Parágrafo único – A SECRETARIA poderá autorizar a prorrogação do prazo do Termo de Compromisso, mediante justificativa fundamentada do MUNICÍPIO, até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA Da Denúncia e Rescisão

O presente Termo de Compromisso poderá ser denunciado a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, mediante comunicação escrita, com antecedência de 90 (noventa) dias, e será rescindido por infração legal ou por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, observado o disposto na Cláusula Quarta.

Parágrafo único – O Secretário da Educação e o Prefeito Municipal são as autoridades competentes para denunciar ou rescindir este ajuste.

CLÁUSULA OITAVA

Da Suplementação dos Recursos Financeiros

Excepcionalmente, havendo disponibilidade orçamentária e financeira e presente necessidade devidamente justificada pelo MUNICÍPIO e aprovada pela SECRETARIA, esta e o MUNICÍPIO comprometem-se, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, a suplementar, mediante termo de aditamento, o valor deste termo de compromisso, nos seguintes casos:



hvio em 26/05/2025 11:03:04





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

- I necessidade de atualização do valor originalmente previsto, e, respeitando o período mínimo de 12 (doze) meses contados a partir da data-base do orçamento que definiu o valor da obra (termo de compromisso), em cumprimento a Lei federal nº 10.192, de 14.02.2001;
- II necessidade de acréscimo de serviços inicialmente previstos ou de serviços não previstos inicialmente, mas considerados imprescindíveis para a conclusão do objeto deste termo de compromisso.
- § 1º A transferência do valor suplementar será feita conforme o Plano de Desembolso que integra o Plano de Ação e ocorrerá conjuntamente com as transferências dos recursos já previstos neste termo de compromisso.
- § 2º Considerando que a suplementação prevista no inciso I desta cláusula refere-se exclusivamente à atualização do valor originalmente ajustado, para efeito de cálculo do valor a suplementar, deverá ser considerada a variação do Índice de Preços de Obras Públicas, Edificações da coluna Escolas, elaborado pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) e publicado pela SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, no período compreendido entre o mês da data-base do orçamento que definiu o valor da obra e o mês de concessão do reajuste, respeitado o período mínimo de 12 (doze) meses, aplicando-se a seguinte fórmula:

Vs = In/lo*Vc, onde:

Vs = Valor do termo de compromisso suplementado

Vc = Valor do termo de compromisso

Io = Índice de Preços de Obras Públicas - Edificações - coluna Escolas, da FIPE, referente ao mês base que definiu o valor da obra (termo de compromisso)

In = Índice de Preços de Obras Públicas - Edificações - coluna Escola, da FIPE, referente ao mês da assinatura do contrato da obra entre o Município e Terceiros.

- § 3º Os atrasos verificados no desenvolvimento das etapas do termo de compromisso e não justificados, ou cujas justificativas por parte do MUNICÍPIO não tenham sido aceitas pela SECRETARIA, não serão computados para fins da periodicidade prevista no §2º desta cláusula.
- § 4º Considerando que a suplementação prevista no inciso II desta cláusula refere-se exclusivamente a acréscimo do objeto do termo de compromisso, o valor a acrescer deverá estar referenciado à mesma data-base do orçamento que definiu o valor da obra.
- § 5º Considerando os recursos financeiros necessários à suplementação referida nos incisos I e II desta cláusula, caberá:

1. à SECRETARIA:

- a) a transferência do valor apurado segundo o critério previsto nos §§ 2º ou 4º, respectivamente, e de acordo com o cronograma previsto no § 1º,
- b) a suplementação, limitada a 25% para obras novas e ampliações e a 50% para reformas, na hipótese do inciso II;
- 2. ao MUNICÍPIO, em contrapartida, complementar os recursos financeiros em valor equivalente ao que ultrapassar os limites estabelecidos na alínea b, do item 1 deste §5°.

CLÁUSULA NONA

Do Foro



hvio em 26/05/2025 11:03:04





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DA EDUCAÇAO

Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo para dirimir questões resultantes da execução deste Termo de Compromisso, após esgotadas as instâncias administrativas.

E por estarem de acordo, firmam os partícipes o presente instrumento, que será formalizado via sistema informatizado.

São Paulo, 14 de maio de 2025 São Paulo, 14 de maio de 2025

ANTONIO TAKASHI SASADA Prefeito PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUACU PAULISTA

RENATO FEDER
Secretário de Educação
Gabinete do Secretário
Assinado pelo substituto VINICIUS MENDONÇA NEIVA





DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 19 de maio de 2025 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

TERMOS N° 66, DE 16 DE MAIO DE 2025

CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COMPROMISSO

Celebração de Termo de Compromisso objetivando a execução de ações destinadas à rede municipal de ensino, no âmbito do eixo de infraestrutura física do plano de ações integradas do Estado de São Paulo – PAINSP.

Parecer CJ/SE nº 1086/2021, emitido em 29 de novembro de 2021

Parecer CEE nº 223/2021, emitido em 12 de novembro de 2021

Fundamento Legal: Lei Estadual nº 17.414 de 23 de setembro de 2021, Decreto Estadual nº 66.177 de 27 de outubro de 2021, Resolução SEDUC nº 121, de 12 de novembro de 2021

Objeto: Execução de ações destinadas à rede municipal de ensino, no âmbito do eixo de infraestrutura física do plano de ações integradas do Estado de São Paulo – PAINSP.

Partícipes: Estado de São Paulo, por intermédio da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO e o Municípios paulistas.

Vigência: O presente Termo de Compromisso vigorará por 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura deste instrumento, pelo período de 14/05/2025 a 13/05/2027.

Data da assinatura: 14/05/2025

DEMANDA	PROCESSO	MUNICÍPIO	VALOR	SEDUC	CONTRAPARTID
22850	SEDUC-PRC- 2021-01785-DM	BÁLSAMO	R\$ 544.078,29	R\$ 380.854,80	R\$ 163.223,49
23004		NOVA EUROPA	R\$ 4.978.231,73	R\$ 4.729.320,15	R\$ 248.911,58
24402	SEDUC-PRC- 2021-01906-DM	MIRASSOLANDI A	R\$ 529.166,69	R\$ 370.416,69	R\$ 158.750,00
24839	SEDUC-PRC- 2022-02296-DM	DUMONT	R\$ 547.897,07	R\$ 383.527,95	R\$ 164.369,12
24972	SEDUC-PRC- 2022-03513-DM	ATIBAIA	R\$ 1.484.077,36	R\$ 1.038.854,15	R\$ 445.223,21
25010	SEDUC-PRC- 2022-03548-DM	PARAGUAÇU PAULISTA	R\$ 4.978.231,73	R\$ 4.729.320,14	R\$ 248.911,59
25026		PRESIDENTE PRUDENTE	R\$ 547.897,07	R\$ 383.527,95	R\$ 164.369,12

25299	SEDUC-PRC- 2021-01939-DM		R\$ 547.897,07	R\$ 383.527,95	R\$ 164.369,12
36954		PARAÍSO	R\$ 4.978.231,73	R\$ 4.729.320,15	R\$ 248.911,58
61792	SEDUC-PRC- 2024-02909-DM		R\$ 4.978.231,73	R\$ 4.729.320,15	R\$ 248.911,58
61805	SEDUC-PRC- 2024-02908-DM	,	R\$ 544.078,29	R\$ 380.854,80	R\$ 163.223,49
71800	SEDUC-PRC- 2024-01134- DM	BORA	R\$ 4.978.231,73	R\$ 4.729.320,14	R\$ 248.911,59